

O PCB E SUA ATUAÇÃO NOS MOVIMENTOS SINDICAL E COMUNITÁRIO EM DOURADOS (1978 – 1985)

Ivo Campos da Silva

Professor da Escola Municipal *Lóide Bonfim Andrade*; licenciado em História e Especialista em História do Brasil pela UFMS/Dourados.

Este artigo procura inicialmente reconstituir a história da organização do Partido Comunista Brasileiro no município de Dourados, no período final do regime militar implantado em 1964. Em seguida, descreve e analisa a participação do Partido no movimento sindical (urbano e rural) e comunitário no mesmo município. São utilizados, principalmente, depoimentos de militantes do partido e dos movimentos, além de documentação existente nos arquivos do próprio partido.

Palavras-chave: Partido Comunista, Movimentos sociais, Mato Grosso do Sul.

This article searches to rebuild the history of the organization of the Brazilian Communist Party in the municipality of Dourados, in the final period of the military regime implanted in 1964. After that, describes and analyzes the participation of the party in the syndical (urban and rural) and comunitary movements in same municipality. They are utilized, mainly, depositions of militants of the party and of the movements, as well as documents existing in the party's archives.

Keywords: Communist Party, Social movements, Mato Grosso do Sul.

O presente trabalho é resultado de uma monografia elaborada, em 2000, como parte das exigências do curso de Especialização em História do Brasil oferecido pela UFMS/Dourados¹. O autor esclarece que, embora no período abordado não fizesse parte do PCB, mesmo assim acompanhou grande parte de sua trajetória, porque em 1984 passou a militar no movimento estudantil e comunitário de Dourados, vindo a ser militante do Partido Popular Socialista (PPS), herdeiro de parte da filosofia e da estratégia política do antigo PCB, a partir de 1990.

A periodização adotada se justifica, a nosso ver, por estar demarcada por dois fenômenos importantes: o início da atuação do Partido na cidade, na fase final da ditadura militar, e a sua legalização, no começo da Nova República. Para a realização do trabalho, recorreremos a uma série de fontes documentais escritas: folhetos, panfletos, recortes de jornais e materiais diversos, todos existentes nos arquivos do Partido, hoje de posse do Partido Popular Socialista (PPS), e contamos ainda com depoimentos de militantes e ex-militantes do Partido. A monografia original abrange a atuação do PCB nos movimentos sindical, comunitário e estudantil, e trata também da participação do Partido nas eleições de 1992 e na luta pelas eleições diretas (Diretas-já) e pela legalização do PCB. No presente artigo, contudo, pelas limitações de espaço, preferimos tratar apenas da presença do Partido nos movimentos sindical e comunitário.

¹ Cf. SILVA (2000).

A ORGANIZAÇÃO DO PCB EM DOURADOS (A PARTIR DE 1978)

ANTECEDENTES

Não foi possível apurar, com certeza, se, antes de 1978, existiu, no município, alguma organização do Partido Comunista Brasileiro. Com relação ao período posterior a 1964, encontramos menções à existência de comunistas na região – mas notamos que essas menções são confusas, na medida em que tendiam a ser consideradas comunistas aquelas pessoas que simplesmente participavam ou tinham alguma ligação com o chamado “grupo dos onze”, do PTB de Leonel Brizola.

A partir de 1978, entretanto, o PCB começou a existir e atuar em Dourados, com a chegada do arquiteto Luiz Carlos Ribeiro, oriundo do movimento estudantil universitário de Araçatuba-SP, que aqui conheceu o engenheiro civil Waldemir Barbosa de Vasconcelos, militante do partido desde Campo Grande-MS.

O arquiteto Luiz Carlos Ribeiro e Waldemir Barbosa de Vasconcelos, que já trabalhavam na Prefeitura Municipal, em meados de 1978, conheceram o engenheiro civil Guilherme Meldau, que vinha de família de antigos militantes do PCB em Corumbá, e o ligaram ao Partido. [...] Com o engenheiro Guilherme já organizado no Partido, conheceram o engenheiro civil Fausto Mato Grosso [de Campo Grande] que era o responsável pela organização na Direção Estadual. O mesmo passou a auxiliar na organização do Partido em Dourados (Luiz Carlos Ribeiro, Depoimento, 28/08/99).

A inserção do partido na vida política douradense desenvolveu-se com a fundação da Associação dos Engenheiros e Arquitetos. Segundo Luiz Carlos, esse foi um passo impor-

tante para o crescimento do partido, tendo em vista que a partir daí ele começou a ganhar espaço na sociedade, chegando a inserir-se em outros movimentos sociais.

Deve-se ressaltar também a importância do PMDB, no processo de organização do PCB em Dourados, uma espécie de trincheira para os comunistas. Pode-se dizer que ele foi até uma alavanca para que o partido pudesse avançar a sua atuação política.

Todavia, o elemento de comunicação com a direção estadual, o engenheiro civil Waldemir Barbosa de Vasconcelos, então secretário municipal de Obras da Prefeitura de Dourados, não ficou na linha de frente, em função do cargo que ocupava na administração da cidade, assumindo o arquiteto Luiz Carlos Ribeiro. Nesse momento, a Prefeitura de Dourados era administrada pela ARENA, partido do presidente da República e do regime militar e o prefeito era José Elias Moreira.

A ORGANIZAÇÃO FORMAL DO PCB EM DOURADOS (A PARTIR DE 1981)

Nesse momento de estruturação do Partido Comunista Brasileiro em todo o país, os comunistas douradenses procuraram se aproximar dos setores mais progressistas da sociedade. Um deles, o advogado Milton José de Paula, que possuía um bom relacionamento na sociedade, já tinha sido diretor do Centro Universitário de Dourados (CEUD), presidente do Operário Esporte Clube e membro do então MDB, partido que ajudou a construir em Dourados.

Quando acadêmico, Milton José de Paula conheceu o atual advogado Carmelino de Arruda Rezende, militante do PCB desde 1967. Foi através de Milton de Paula que os comunistas se aproximaram do senhor João da Câmara, um dos fundadores do MDB e ex-prefeito de Dourados por duas legislaturas (Luiz Carlos Ribeiro, Depoimento, 28/08/ 1999).

Segundo Luiz Carlos Ribeiro, João da Câmara tinha uma postura progressista e, além do mais, mantinha um bom relacionamento com pessoas antigas da cidade. Tornou-se então um colaborador na organização do partido em Dourados porque através dele foram localizados alguns militantes comunistas (bem como alguns simpatizantes do Partido) que, vindos de outras regiões do país, residiam há vários anos em Dourados e região.

O recém-formado núcleo do partido, intermediado pelos peemedebistas, foi se aproximando de antigos militantes, como o senhor Roque, antigo morador e que já havia militado no partido e residia no Jardim Itália². Roque, nesse momento, estava com idade bem avançada. Conhecê-lo foi fundamental, pois através dele foi possível a localização de outros elementos que também haviam sido militantes do PCB em outras cidades do país.

O senhor Roque indica o senhor José Ribeiro, antigo militante do PCB, com uma larga experiência política e vindo do Estado do Paraná. Lá, foi vereador por duas legislaturas, mas por força da repressão militar foi obrigado a sair daquele Estado. Estabeleceu-se no município de Caarapó em terras de seu pai Augusto Ribeiro num lugar de nome São Lourenço. Era alfaiate de profissão, ali exerceu a atividade de lavrador (Luiz Carlos Ribeiro, Depoimento, 28/08/99).

A aproximação com José Ribeiro foi muito importante para o desenvolvimento do PCB, porque daí em diante foram surgindo outros nomes da família Ribeiro que também eram do Partido Comunista, como Epifânio Ribeiro, Antônio Ribeiro, Enio Ribeiro e Augusto Ribeiro Neto³.

² Infelizmente, não pudemos descobrir o sobrenome desse militante.

³ Esclarecemos que não há relação de parentesco entre essa família e a do arquiteto Luiz Carlos Ribeiro.

Com o firme propósito de criar uma diretoria em Dourados, o PCB estadual (com sede em Campo Grande) decidiu indicar o militante Gilberto Carvalho para auxiliar os comunistas douradenses no processo de institucionalização e formalização do partido em Dourados. Coincidentemente Gilberto Carvalho conhecia antigos militantes comunistas da região, tendo em vista que este também tinha residido nessa região.

Gilberto Carvalho veio do Estado do Paraná, foi lavrador em São Lourenço e comerciante no ramo de tecelagem na cidade de Itaporã, depois deslocou-se para Campo Grande, onde se ligou ao PCB (José Ribeiro, entrevista, 20/ 06/99).

Gilberto Carvalho e Luiz Carlos Ribeiro coordenaram a importante reunião que deu origem à organização formal do Partido Comunista Brasileiro na cidade de Dourados. A reunião ocorreu na residência do senhor Roque, no dia 21 de julho de 1981. Também estiveram presentes: Guilherme Meldau Neto, Antônio Ribeiro, Epifânio Ribeiro, Enio Ribeiro de Oliveira e Augusto Ribeiro Neto.

Nessa reunião, segundo Enio Ribeiro, foi escolhida a primeira diretoria formal, constituída pelos seguintes membros: Luiz Carlos Ribeiro, Presidente; Guilherme Meldau Neto, Secretário de Finanças; e Enio Ribeiro de Oliveira, Secretário Político. Os demais participantes da reunião não assumiram cargos.

Enio Ribeiro de Oliveira comenta que possuía um conhecimento superficial do partido, adquirido através de algumas leituras, particularmente do escritor baiano Jorge Amado, e em conversas que constantemente realizava com o seu pai, Epifânio Ribeiro e com seu tio José Ribeiro, este militante do PCB desde a década de 40, tendo sido inclusive preso. O fato de ter sido convidado para assistir a uma reunião do PCB e ao final da mesma ter sido eleito Secretário Político do Partido, o

deixou bastante assustado. Todavia, devido à persistência do “camarada” Luiz Carlos, meses depois acabou assumindo com entusiasmo e com determinação as suas funções, sendo uma delas a de inserir o Partido no movimento estudantil. A partir da organização do Partido, foram realizadas várias reuniões, todas em locais diferenciados da cidade, evitando dessa forma que “agentes” do Governo tomassem conhecimento da atuação do PCB em Dourados.

Em fins de 1981, Fausto Mato Grosso, secretário estadual do PCB e responsável pela organização em todo o Estado, nomeou o então militante Ricardo Bacha para assessorar o recém fundado PCB nesta cidade. E a partir daí a direção local passou a se reunir com mais frequência, no BNH 1º Plano, na residência de Luiz Carlos Ribeiro. O primeiro Núcleo ficou denominado “Núcleo 21 de julho”, em função desta ter sido a data daquela primeira reunião.

Posteriormente, a direção do partido incentivou a criação de uma série de núcleos de base (chamados simplesmente de “bases”), estimulando dessa forma o crescimento do partido. O núcleo da Cabeceira Alegre, por exemplo, era formado por Enio Ribeiro, Jorge Ramos, Pedro Alcântara, Elias Ferreira e Elizeu Bastos de Oliveira. Outro núcleo que se destacou em Dourados foi o núcleo do BNH 4º Plano, dirigido por Athayde Nery de Freitas Júnior, hoje vereador pelo Partido Popular Socialista (PPS), em Campo Grande.

Visando a formação política e um maior embasamento teórico dos militantes douradenses, o partido trouxe a Dourados o intelectual e líder comunista nacional José Paulo Neto, para ministrar uma palestra, onde relatou aos comunistas douradenses o atual quadro político, a organização do partido nacionalmente, as perspectivas de crescimento e os debates pela legalidade.

Já nessa época as chamadas “frações estudantis” também reuniam-se em algumas residências, uma prática comum entre os comunistas, e normalmente essas reuniões eram realizadas ao término das aulas noturnas, tendo em vista que muitos estudantes do partido teriam que trabalhar no dia seguinte.

A ATUAÇÃO DO PCB EM DOURADOS (1981-1985)

A partir de sua organização em Dourados, o PCB acentuou a sua atuação política, inserindo-se nas organizações populares (sindicatos, movimento estudantil – União Douradense de Estudantes – UDE e posteriormente nas associações de moradores) e na luta dos trabalhadores de maneira geral.

As transformações que estavam ocorrendo nos principais centros do país, nos anos de 78,79 e 80, com a deflagração de centenas de greves, das mais variadas categorias, acabaram refletindo-se nos demais estados da federação.

Para o líder comunista Luiz Carlos Ribeiro, o PCB tinha convicção de que o caminho para a consolidação da democracia seria de fato a inserção e atuação dos comunistas ao lado dos movimentos populares, dos profissionais liberais, dos professores, etc. Seu papel era, portanto, o de desenvolver uma política capaz de forjar o fortalecimento da unidade política e romper com o atraso instituído no país, e a partir daí construir uma sociedade democrática, soberana e socialista, calcada nos princípios marxista-leninistas.

Com esse pensamento, entre 1981-1985, o partido passou a desenvolver sua atuação política em várias frentes, contribuindo com a organização dos profissionais liberais, incentivando a reorganização e a criação de novas Associações

Profissionais e sindicatos, auxiliando na organização da juventude através de sua entidade estudantil e ajudando o movimento comunitário.

MOVIMENTO SINDICAL URBANO

Construção civil

Em Dourados, o PCB já vinha se esforçando no sentido de uma maior aproximação com a classe operária. O elo de ligação entre os comunistas e os trabalhadores foi o operário José Josino Salgueiro, que também lutava na tentativa de desenvolver um trabalho junto aos trabalhadores da construção civil.

Para o partido, essa oportunidade foi de fundamental importância, pois, a partir daí o PCB e os representantes dos trabalhadores uniram-se e fundaram a Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Dourados.

De acordo com informações de Luiz Carlos, o operário José Josino e mais alguns trabalhadores, embora estivessem se esforçando, ainda encontravam algumas dificuldades, em função da falta de experiência de luta sindical. Nesse sentido, membros do partido começaram contribuindo nas questões técnicas e posteriormente na mobilização para convocação de reuniões, etc.

Convidamos a todos vocês da construção e do mobiliário de Dourados. Companheiros, precisamos nos organizar para lutar por nossos direitos. A Associação está nascendo para isso. Contamos com a participação de todos. Lembre-se que com a Associação nossa força será outra (folheto da convocação da Assembléia Geral para a fundação da Associação dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário de Dourados, 20 de setembro de 1981).

Segundo informações de Luiz Carlos Ribeiro, a assembléia geral para a fundação dessa entidade foi realizada no dia 20 de setembro de 1981, no Salão Paroquial da Igreja Santo

André. A entidade passou a organizar todos os trabalhadores no ramo da construção civil, marcenaria, serralheria, madeireiro e outros.

O operário José Josino Salgueiro foi o seu primeiro presidente. Luiz Carlos Ribeiro comenta que o líder operário acima citado era um católico com sede de justiça, homem atuante e muito respeitado entre seus companheiros. A aproximação dele com o PCB nasceu em função do seu desejo de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse processo de organização dos trabalhadores da construção civil, foi muito importante a aproximação com a Pastoral Operária, porque através dela se facilitava a convocação dos trabalhadores para as discussões em assembleias, etc. De acordo com Luiz Carlos, o frei Ugolino Becker, que nesse período era o responsável pela Paróquia e que acompanhou todo esse trabalho, nunca fez qualquer restrição quanto à presença dos comunistas.

Nota-se, portanto, que o envolvimento dos líderes católicos na luta pela organização dos trabalhadores em Dourados demonstra o comprometimento de importantes setores da Igreja católica na luta pela organização dos trabalhadores, contra o arbítrio, as injustiças sociais e pela construção de uma sociedade democrática.

Em 1984, já transformada em sindicato, podia-se notar que a entidade já tinha conseguido alguns resultados, como por exemplo a participação na celebração de uma Convenção Coletiva entre o sindicato e a Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul, com a negociação de reajuste salarial, a visita de diretores sindicais nos locais de trabalho, etc.

Segundo o jornalista Clóvis de Oliveira, ex-presidente da UDE, então militante do PCB, uma das constantes preocupações do partido nesse período era com relação à filiação

dos trabalhadores em seus sindicatos. Os comunistas entenderam que o sindicato deveria ser a segunda casa do trabalhador, pois é no sindicato que devem ser discutidos os principais problemas que envolvem os trabalhadores. Era necessário, portanto, que todos os trabalhadores se filiassem, colaborassem e participassem de todas as atividades desenvolvidas pela entidade.

Não deixe de se associar no nosso sindicato. Compareça neste domingo, a partir das 8.00 horas da manhã na Igreja Santo André, rua Piauí, esquina com Pedro Rigotti e seja mais um membro do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil. Lembre-se o nosso sindicato é nossa força (folheto convidando os trabalhadores a participar de reunião para discutir as filiações, em 1981).

A partir desse entendimento foi promovida, a partir de 1984, no Estado de Mato Grosso do Sul, uma das mais importantes campanhas de filiação. Ela se tornou uma das principais bandeiras de luta das entidades sindicais desse Estado. Nesse momento foi incorporada a luta pela valorização do registro em carteira de trabalho, um dos instrumentos que compõem a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em uma declaração do sindicalista José Josino Salgueiro no jornal *O Panorama* do dia 15 de julho de 1984 ele dizia que a exigência da carteira de trabalho estava em conformidade com a CLT. Todavia, esse direito não vinha sendo respeitado por alguns empregadores desta cidade e no Estado. “Faz-se necessário, portanto, a exigência do uso da carteira de trabalho, tendo em vista que o não cumprimento da lei resultará em sérios prejuízos aos trabalhadores, como as vantagens no tempo de serviço, nas contribuições para o INPS, nos depósitos de FGTS, etc.” Assim sendo, o Sindicato da Construção Civil e demais entidades sindicais de Dourados levantaram essa bandeira, fiscalizando os abusos praticados pelos empregadores, exigindo o registro dos operários e outras garantias.

Outra importante bandeira de luta do Sindicato foi para conquistar salários normativos, condizentes com a especialidade de cada profissão e com a necessidade de sobrevivência dos trabalhadores. Os comunistas entendiam que essas reivindicações eram possíveis de se concretizar, mas os trabalhadores teriam que estar muito bem organizados, a exemplo de outras categorias no país que, muito bem respaldadas, conseguiram essas vantagens em dissídios coletivos.

A influência do PCB no movimento sindical de Dourados tornou-se um fato marcante em todas as mobilizações, seja nas campanhas contra o arrocho salarial, no incentivo à participação e organização, etc.

Servidores públicos municipais

Dando prosseguimento à sua trajetória política em Dourados, em 1983 o PCB participou na campanha eleitoral para a escolha da nova diretoria da entidade que agregava os funcionários da Prefeitura Municipal de Dourados, a Associação dos Servidores Municipais (ASSEM).

O PCB participou ativamente nesse processo, juntamente com a Unidade Sindical e com outros segmentos da sociedade que eram contra a forma como aquela entidade vinha sendo conduzida. Luiz Carlos Ribeiro diz que a “Chapa Unidade” era formada por um grupo de funcionários descontentes com a situação vivida pelos trabalhadores e portanto disposta a lutar por sua dignidade. De acordo com as declarações publicadas na imprensa, e pela análise de documentos da época, a idéia da oposição era de fato derrotar o “continuismo” e a partir daí os funcionários públicos municipais comprometidos com as mudanças lutarem para reconstruir a entidade. Entretanto, o primeiro passo seria tirar o poder das mãos do grupo que desde 1979 controlava a ASSEM.

Anselmo Capilé, candidato da chapa Unidade, afirmava na época, à imprensa, que até então a diretoria da entidade não havia levantado nenhuma bandeira em benefício dos trabalhadores e que transcorrido todo seu mandato sequer convocou a assembléia geral para a escolha de uma nova diretoria. Segundo Luiz Carlos, o PCB apoiou o grupo de oposição para tentar acabar com o “mandonismo e o peleguismo” existente. Os comunistas lembravam, entretanto, o caráter restritivo existente naquela associação que na época aprovou um estatuto que tolhia a participação de grande parte dos funcionários públicos, sobretudo aqueles regidos pela C.L.T.

Em um artigo divulgado pela imprensa na época, em *O Progresso* do dia 21 de fevereiro de 1983, com o título “**ASSEM: Entidade discrimina funcionários da C.L.T**”, o autor observa que a discriminação podia ser sentida em toda sua intensidade, haja vista que os estatutos da ASSEM proibiam a participação dos funcionários comuns, na disputa das eleições da entidade.

Os trabalhadores, já descontentes, alegavam que a diretoria nunca havia convocado a categoria para discutir seus problemas, como os salários atrasados e defasados, que provocavam constantes atrasos nos compromissos dos trabalhadores com comércio local etc. Em função desses fatos o comércio douradense não estava mais confiando nos funcionários públicos municipais. Aqueles que dependiam apenas do salário da prefeitura para sobreviver, estavam vivendo num verdadeiro estado de penúria.

Diante desses fatos, uma das principais bandeiras da Chapa Unidade seria a luta contra os atrasos dos pagamentos, reajustes salariais e para que os funcionários públicos recebessem seus salários sempre no quinto dia útil de cada mês. Os comunistas entendiam que uma diretoria controlada pelo

Poder Municipal jamais iria se colocar ao lado dos trabalhadores. A Chapa Unidade recebeu o apoio de várias entidades de classe, dentre as quais a Associação Douradense dos Professores – ADP, em uma *Carta aberta* dirigida aos professores da Rede Municipal de Ensino pelo presidente da Associação, Prof. Lauro Sérgio Davi (cf. *Carta aberta da diretoria da Associação Douradense de Professores*, 1983).

Entretanto, o grupo que representava o continuísmo na ASSEM ainda venceu as eleições. Para tanto, se utilizaram de todos os meios espúrios: terrorismo, compra de votos e até manipulação dos números. Embora a chapa de oposição não obtivesse a maioria dos votos suficientes para vencer o pleito, sua participação foi importante, porque o grupo de oposição saiu fortalecido, e com uma posição firme. A partir daí passou a participar mais ativamente da vida política da entidade, e a cobrar com mais veemência seus direitos.

Trabalhadores nas indústrias da alimentação

Em meados de 1984, o Partido Comunista Brasileiro apoiou articulação da organização dos trabalhadores na indústria da alimentação de Dourados. Os trabalhadores receberam apoio de várias entidades, como a Unidade Sindical, a Associação Médica de Dourados, União Douradense de Estudantes, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e dos Trabalhadores Rurais, além dos bancários e professores.

A Associação dos Trabalhadores na Alimentação de Dourados surgiu num momento em que o País atravessava um momento de euforia, de um intenso debate sobre a conquista da democracia plena. O país estava vivendo o momento da campanha pelas eleições diretas. Nesse período, as forças de oposição estavam levando multidões às ruas para exigir o fim da ditadura instalada no país em 1964. A sociedade, entretan-

to, atravessava uma das piores recessões. Vários setores da economia brasileira e os trabalhadores continuavam sofrendo inúmeros abusos praticados pelo poder econômico e convivendo com uma das maiores crises de nossa história.

A Associação foi fundada no dia 10 de junho de 1984, em uma assembléia geral com mais de 300 participantes. Essa entidade iria congrega os trabalhadores em frigoríficos, açougues, fábrica de bebidas, moinho de trigo, etc.

A Comissão Pró-Associação recebeu apoio do movimento sindical e do Partido Comunista Brasileiro. Segundo Luiz Carlos, o movimento dos trabalhadores já estava vivendo um estágio bastante adiantado e passando por algumas experiências, tanto de lutas corporativistas como outras a nível nacional, como as campanhas contra o arrocho salarial, pelas eleições diretas e outras.

Trabalhadores nas indústrias de alimentação de Dourados, compareçam dia 10 de junho de 1984 às horas da manhã no salão do Clube Social de Dourados, ao lado do Banco do Brasil, para a fundação de nossa Associação. Companheiros, precisamos nos organizar, para lutar pelos nossos direitos. A Associação está nascendo, para isto, sua presença é indispensável (Panfleto da Comissão Pró-Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústria de Alimentação de Dourados, 10 de junho de 1984).

O sindicalista Luiz Pereira dos Santos, que participou da fundação da entidade, tendo sido eleito presidente, relatou que tão logo formalizaram-se os trabalhos de organização da entidade, foi convocada uma grande reunião com uma expressiva participação. Na oportunidade, foram discutidos os reajustes salariais, a segurança nos locais de trabalho, etc. Entretanto, passados alguns dias da criação desse órgão, os trabalhadores que haviam participado da fundação passaram a receber todo tipo de ameaças e perseguições. A empresa em que eles trabalhavam despediu os seis trabalhadores que fazi-

am parte da direção, os quais ficaram afastados oito meses de suas respectivas funções.

De fato, uma nota do jornal *O Progresso*, do dia 14 de maio de 1985, faz um comentário, dizendo que logo após eleita a diretoria da Associação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação de Dourados, os diretores do Frigorífico Bordon S.A., de Dourados, não perderam tempo, iniciaram uma terrível perseguição aos trabalhadores eleitos para dirigir o sindicato. Segundo a nota, os diretores da empresa, com essa atitude retrógrada e autoritária, pretendiam dar uma demonstração de força.

Foram demitidos o próprio Luiz Pereira dos Santos e mais Augustinho Antonio da Silva, Ciramedes André do Nascimento, Luzinete Maria de Jesus, Olavo Fernandes e Ilson Pedro da Silva.

Todos os trabalhadores, durante os oito meses em que ficaram afastados dos seus respectivos locais de trabalho, receberam a solidariedade do movimento sindical douradense, uma vez que nesse momento os operários estavam imbuídos de um desejo de mudança. Para tanto, qualquer sacrifício valia a pena.

Naquele momento, aquela atitude dos diretores empresariais foi repudiada pelo movimento sindical douradense, que, entre outros adjetivos, os tachou de reacionários. Segundo declarações de lideranças sindicais, essa atitude estava desrespeitando até mesmo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Todavia, passados oito meses das demissões, a Justiça deu ganho de causa aos trabalhadores, numa histórica audiência onde estiveram presentes sindicalistas de todo o Estado de Mato Grosso do Sul. A entidade ainda recebeu cartas e telegramas de cerca de 370 entidades sindicais de todo o

país, solidarizando-se com a luta dos trabalhadores em alimentação (jornal *O Progresso*, 14 de maio de 1985). A entidade foi transformada em sindicato no dia 11 de outubro de 1985.

MOVIMENTO SINDICAL RURAL

A política agrária do regime militar, apoiada nos moldes desenvolvimentistas, acabou favorecendo somente os grandes grupos empresariais, e trazendo sérios problemas para os trabalhadores rurais de todo o país.

Os abusos do poder e a impunidade têm feito inúmeras vítimas também entre os trabalhadores rurais e pequenos lavradores. Esses, efetivamente instalados, mas sem títulos de legalização de suas posses, se tornam vulneráveis à pressão e violência dos grandes empreendedores, e conseqüentemente, são obrigados a abandonar suas terras ou se resistem, são assassinados por jagunços. Em setembro de 1988 foi divulgado um documento da Anistia Internacional que, baseado em dados oficiais, registra 571 mortes por questões de terra, entre janeiro de 1985 e junho de 1987 (Revista *Veja*, *apud* RODRIGUES, 1992, p. 63, 64).

Em nome do progresso, esse projeto político, provocou o êxodo de milhares de camponeses, obrigados a se deslocarem para cidades mais próximas ou mesmo para os grandes centros do país, em busca de melhores condições de vida.

No entanto, a grande maioria dos que viviam do trabalho agrário se frustram ao enfrentar a triste realidade da cidade. Ela não se havia desenvolvido o suficiente para atender todos aqueles que se deslocaram do campo em busca de outro meio de subsistência.

O resultado foi o “inchamento” das cidades, o aumento do subemprego, do consumo de droga, a prostituição, a multiplicação das favelas e dos cortiços, o aumento de menores

abandonados e o crescimento da violência. Diante desse quadro, acentuou-se uma das piores crises sociais no país.

A exemplo de outras regiões do país, em Dourados também vai surgir o movimento dos trabalhadores rurais. Ironicamente essa região havia sido contemplada com um projeto de colonização do governo federal, criado na década de 1940 com a denominação de Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). Todavia, os rumos tomados pela política agrícola acabaram transformando os pequenos proprietários em vítimas da política agrária nacional. A falta de incentivo para os pequenos proprietários e a pressão sofrida pela penetração do capitalismo no campo fez com que os colonos abandonassem suas terras, dando lugar a uma política agrária extremamente capitalista, voltada para a especulação ou aplicação em grandes empreendimentos como a criação de gado e o desenvolvimento da agroexportação.

Diante dessa realidade, a partir da década de 1970, aqueles que dependiam da terra para sobreviver, novamente começam a se organizar e discutir os problemas da falta de terra para trabalhar, reorganizando, fundando novas entidades, etc.

O arquiteto Luiz Carlos Ribeiro, que colaborou com o processo de organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados, comenta que inicialmente o partido encontrou algumas dificuldades. Vivendo na clandestinidade desde 1947, num dado momento acabou sendo classificado como grupo de “direita”, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma entidade ligada à igreja católica, que a princípio não havia entendido a atuação dos comunistas ao lado dos trabalhadores rurais. Desta forma tentaram até impedir a atuação do PCB.

Na concepção dos militantes da CPT, os comunistas eram elementos de direita que estavam apenas tentando manipular

os trabalhadores. Todavia, após alguns entendimentos o equívoco foi resolvido. A CPT finalmente acabou colaborando com as forças envolvidas na organização dos trabalhadores rurais, oferecendo espaço para reuniões, etc. Resolvidos os equívocos, passaram para a convocação da assembléia de fundação da entidade, que foi realizada no Salão Paroquial da Igreja Santo André, no dia 25 de julho de 1982.

Companheiros, compareçam dia 25 de julho, as 7:00 horas da manhã no Salão da Igreja Santo André, para a fundação do nosso Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados. Nossa união é nossa força. Só um Sindicato pode lutar pelos trabalhadores: por melhores salários, por melhores condições de trabalho, por assistência médica e hospitalar, por garantia de emprego (Comissão pró-fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 25 de julho de 1982).

Na presidência da entidade ficou o trabalhador rural e ex-bancário José Mendes de Oliveira, que em pouco tempo de atuação sindical tornou-se uma das principais lideranças sindicais do Estado de Mato Grosso do Sul.

O sindicato, uma vez constituído, iniciou na região uma luta por melhores condições de vida, como a implantação de postos de saúde, melhoria das escolas e manutenção das estradas, e outros.

Nesse momento, tanto os trabalhadores que ainda viviam do campo como “bóias frias”, e outros que já estavam vivendo na cidade, conscientes da realidade brasileira, iniciaram a luta pela reforma agrária.

A tática utilizada pelos trabalhadores rurais em 1983 foi a organização de manifestações e passeatas em praças públicas, visando conquistar o apoio da sociedade e sobretudo chamar a atenção das autoridades para a implantação da reforma agrária.

Embora nesse período o governo ainda se utilizasse de vários métodos repressivos para conter as manifestações, o

movimento sindical de Dourados parecia não estar preocupado. As primeiras mobilizações, embora tímidas, causaram algum impacto, pela repercussão na imprensa local e estadual. A primeira manifestação pela reforma agrária foi realizada no Distrito de Vila Vargas. A partir daí vieram outras mobilizações.

No dia 21 de julho de 1984 foi realizada na praça “Antônio João” a terceira grande manifestação, com a participação de mais de setenta entidades sindicais e que também recebeu o apoio da Igreja católica de Dourados, através do Bispo Dom Teodoro Leitz. O Bispo de Dourados via na reforma agrária a solução para muitos problemas inerentes ao povo brasileiro. A exemplo de outras regiões do país, a que abrange a Diocese de Dourados vivia uma das piores fases de sua história, como a falta de terra para quem queria produzir, a falta de emprego na cidade, menor abandonado, prostituição, drogas etc.

Nós entendemos que a questão da reforma agrária é uma exigência nacional e que diz respeito todo cidadão democrata e patriótico, uma vez que a solução da redistribuição das terras implicará inquestionavelmente na solução do êxodo rural, do desemprego, do aumento da produção agrícola, da favelização e das conseqüências desastrosas, elevando desta forma o nível de vida dos trabalhadores do campo e da cidade”, diz a nota de apoio assinada pelos Sindicatos da Construção Civil; dos Bancários; dos Comerciantes; dos Carregadores e Ensacadores; dos Trabalhadores Eletricistas; dos Médicos; e União Douradense de Estudantes (Nota de apoio ao movimento sindical, 1984).

Todavia, se os trabalhadores rurais estavam organizados de um lado, as oligarquias também se organizaram para impedir o avanço da luta pela conquista da terra em todo o país.

Desta forma fundaram a União Democrática Ruralista (UDR), uma entidade civil que pretendia sobrepor e até inibir a luta daqueles que foram expulsos do campo.

Segundo Walter Hora, hoje vereador, na época assessor sindical e militante do PCB, e que atuava no Departamento de

Educação Sindical da entidade, embora fosse bastante acentuada a pressão dos fazendeiros, assim mesmo os trabalhadores rurais não se intimidaram. Ao contrário, cada ato de intimidação promovido pelos fazendeiros, era mais um estímulo para a luta dos trabalhadores pela conquista dos seus objetivos (Walter Hora, entrevista, 20/07/99).

Em meados de 1985 os trabalhadores rurais da região decidiram ser mais agressivos com relação à conquista da terra. Nesse sentido, para chamar a atenção das autoridades eles teriam que desenvolver uma ação mais ousada, que causasse mais preocupação nas autoridades. A partir de então decidiram fazer acampamentos, na cidade e nos acostamentos das estradas.

Luiz Carlos, que acompanhou todo o processo e desenvolvimento do movimento dos trabalhadores rurais da região, comenta que existiam aqueles mais exaltados, que imaginavam partir para ações mais radicais, como as invasões de terras. No entanto, o PCB não comungava com essa idéia, e orientava os líderes do movimento para não acatar essas idéias, tendo em vista que o país ainda estava vivendo um momento de transição política. Nesse sentido as invasões só iriam causar transtorno, provocar a reação e emperrar o movimento, e sobretudo prejudicando o processo democrático e a implantação do Plano Nacional e Regional de Reforma Agrária.

Em decorrência das disputas, e pela necessidade de juntar forças, as organizações dos trabalhadores nesse período desenvolveram-se tanto apoiados na CPT (Comissão Pastoral da terra), como em outras forças. Nesse caso, em Dourados o PCB esteve bem próximo da lutas dos lavradores e trabalhadores sem terra, visto que, segundo as lideranças comunistas, somente com a união dos trabalhadores organizados seria possível buscar uma solução conjunta para os problemas sociais de toda ordem.

Durante esse período o movimento sindical de Dourados sofreu uma terrível baixa, quando, no dia 13 de fevereiro de 1985, em um acidente automobilístico na BR-163, morreram quatro sindicalistas, entre os quais, o sindicalista José Mendes de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados. Além dele, faleceu também o Presidente do Sindicato dos Bancários de Dourados, Antônio Francisco Sobrinho, o Presidente do Sindicato da Construção Civil, José Josino Salgueiro e o tesoureiro do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Dourados, Sr. Enoque.

Embora o movimento sindical estivesse de luto, o trabalho do sindicato continuou, e logo em seguida assumiu a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dourados, o então vice-presidente Antônio Medeiros.

Passado o momento de dor, o sindicato retomou o movimento pela conquista da terra. Durante todo o ano de 1985 foi desenvolvido um intenso trabalho. Os líderes sindicais percorreram toda a área de jurisdição da entidade em contato constante com os trabalhadores rurais, realizando encontros, etc. Nessa trajetória, os comunistas, juntamente com os líderes sindicais, planejaram toda a ação, e quando e como seriam consumados os acampamentos.

Finalmente, na primeira quinzena do mês de maio de 1986, os trabalhadores efetuaram o plano. Em Dourados inúmeras famílias fixaram seu acampamento no campo de futebol do CEPER Arnulpho Fioravante, próximo à Rodoviária. Depois de algum tempo, essas famílias foram transferidas para áreas de terra de Dois Irmãos do Buriti e para outras regiões do Estado.

MOVIMENTO COMUNITÁRIO

No início de 1984, o PCB inicia um trabalho visando atingir o conjunto dos moradores dos bairros da cidade de

Dourados, e sobretudo contribuir na fomentação de associações de bairros, levando-se em conta que o sistema político e econômico desestruturara e desalojara inúmeras famílias, provocando um intenso êxodo rural. A política econômica voltada para a grande propriedade beneficiou os grandes latifúndios, que assim conseguiram ampliar suas áreas provocando a expulsão do pequeno proprietário.

A crise rural obrigou grande parte dos moradores da zona rural, meeiros, pequenos proprietários e bóias-frias a saírem em busca de sobrevivência. Aqueles que conseguiram sair do campo com um pouco de recurso, até conseguiram adquirir um terreno e construir uma casa. Assim, o êxodo rural acabou colaborando para que os proprietários de terras urbanas e as imobiliárias aumentassem os seus lucros com a venda de terrenos. No entanto, a grande maioria saiu do campo ou do vilarejo onde morava sem recurso algum e passou a morar em barracos, contribuindo para que ocorresse um aumento assustador dos problemas urbanos. Muitos passaram a disputar as poucas vagas de trabalho, outros foram viver de trabalhos temporários, etc. O fato acabou criando uma série de problemas para serem solucionados na cidade, como desemprego, moradia, menor abandonado, a falta de infra-estrutura, como escolas, postos de saúde, creches, segurança, e outros.

Dentro desse contexto, com o apoio da igreja católica e dos partidos progressistas, vão nascer as entidades populares, como as associações de moradores, de amigos dos bairros, as CEBs, e tantos outros.

A partir de 1984, a exemplo de outros centros urbanos do país, o PCB vai fazer parte do cotidiano dos movimentos populares e comunitários de Dourados, contribuindo e participando ativamente na fundação de algumas entidades como as associações de moradores.

Segundo Enio Ribeiro, que iniciou sua atividade política no Partido por volta de 1981, logo após a organização do PCB em Dourados, paralelamente começou a sua inserção nos movimentos populares. A partir de então as comunidades douradenses começaram se desenvolver politicamente, passando a discutir e encaminhar suas reivindicações com mais embasamento.

Segundo Luiz Carlos, com a intervenção do Partido surgiram várias associações, dentre elas a Associação dos Moradores do Jardim Ouro Verde e Guanabara (AMJOVEG) e a Associação dos Moradores do Jardim Água Boa (AMJAB).

A Associação dos Moradores do Jardim Ouro Verde e Guanabara, fundada em janeiro de 1984, foi encabeçada por Enio Ribeiro de Oliveira. Tão logo assumiu os trabalhos na entidade ele passou a promover uma série de atividades, visando reunir a comunidade em torno de problemas que afetavam o conjunto dos moradores, como os altos impostos cobrados pela Prefeitura, péssimas condições das ruas, problemas na área de saúde, problemas de iluminação, segurança etc.

Enio Ribeiro comenta que, logo que fundaram a Associação, ocorreu um episódio interessante. A comunidade há muito reivindicava a construção de “quebra-molas”, na Avenida Marcelino Pires, em frente ao estádio do Ubiratan Esporte Clube. Logo que fundaram a associação aconteceu um acidente, matando uma criança, e a comunidade se reuniu para reivindicar a construção de um “quebra-molas”. Eles levaram o problema até a Prefeitura e ela recusou-se a atender os moradores, julgando que tal procedimento era inconstitucional. A comunidade voltou a discutir o assunto e decidiu construir o obstáculo por conta própria. Porém, de-

pois de muita polêmica o Executivo Municipal finalmente construiu o obstáculo.

Através do morador do Jardim Água Boa, Wanderlei Portolan, os membros do PCB localizaram o estudante e líder católico Walter Hora, que foi incentivado a montar uma chapa e concorrer às eleições na fundação da Associação dos Moradores do Jardim Água Boa. Essa associação nasceu dia 26 de janeiro de 1984, num clima democrático e participativo, com duas chapas concorrendo às eleições. De um lado o morador Walter Hora, e do outro o senhor Padilha.

A chapa de Walter Hora, incentivada pelo PCB e apoiada pela comunidade, foi a vencedora. Logo a entidade entrou na luta pela melhoria da saúde, da segurança, etc. Além disso, participou, em conjunto com a Secretaria Municipal e Estadual de Meio Ambiente, de uma campanha de arborização.

Com essas entidades nasce também uma consciência coletiva. E a comunidade passa a se preocupar mais com os seus problemas, como a falta de água tratada, iluminação pública, asfalto, posto de saúde, creches, escolas e outros.

Para os comunistas, uma das principais tarefas das associações era tentar desenvolver uma política comunitária capaz de enfrentar o Poder Público, sem contudo perder a sua autonomia. Luiz Carlos, um dos incentivadores do movimento comunitário, ressaltava a importância das associações para o avanço da democracia. As associações formam um elo com a comunidade, e essa corrente torna-se instrumento de mudança da sociedade.

O movimento comunitário douradense participou ativamente da campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, e de outras manifestações populares.

Uma das principais lutas do movimento comunitário nesse período foi o movimento contra o aumento abusivo do Impos-

to Predial Territorial Urbano (IPTU), lançado pelo Executivo douradense de 1984.

O movimento comunitário em 1984 se levantou contra os critérios adotados pela municipalidade, na cobrança do IPTU, desencadeando uma mobilização inédita em Dourados, ou seja discutir os critérios de cobrança do imposto. Houve uma intensa mobilização dos moradores da comunidade, que apoiou a direção da entidade, demonstrando dessa forma o desejo de ver sua luta obter resultados.

Morador, venha participar neste domingo, às 9:00 horas da manhã de uma importante reunião, onde será discutido o aumento na cobrança do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), na Escola Floriano Viegas Machado (Panfleto da AMJOVEG, 22 de julho de 1984).

Depois de acaloradas discussões, a solução encontrada pela comunidade foi impetrar mandados de segurança contra a Prefeitura. Essa discussão começou pelo Jardim Ouro Verde, e logo se espalhou por outros bairros da cidade. Advogados e promotores públicos se colocaram à disposição das comunidades. Entre os advogados destacamos Marta do Carmo e Walmir Taborda.

Advogados e líderes comunitários afirmaram na imprensa não entender o critério utilizado pelo Poder Público, para efetuar tais cálculos. Alguns artigos sugeriam que o mais sensato seria recolher os carnês e refazer os cálculos.

Há uma flagrante inconstitucionalidade no critério utilizado para o cálculo do IPTU. Por outro lado as declarações do Prefeito visam tão somente intimidar o povo a não lutar pelos seus direitos. O povo não pode mais ficar assistindo passivamente qualquer tipo de imposição (*O Panorama*, 16 de agosto de 1984).

A Associação dos Moradores do Jardim Água Boa também se destacou na luta contra os critérios da cobrança do IPTU. Os líderes comunitários consideravam o valor despro-

porcional em relação aos salários recebidos pelos trabalhadores, haja vista que esse imposto atingiu um acréscimo de mais de mil por cento, surpreendendo sobretudo os moradores mais carentes.

No Jardim Água Boa foi realizada uma reunião com cerca de seiscentas pessoas no Centro Comunitário. Além dos moradores da comunidade, várias autoridades participaram desse debate, entre as quais o promotor público Luiz Baldijão, o advogado José Marques Luiz, Walmir Taborda, os vereadores Paulo Falcão, Áureo Garcia Ribeiro, Nery Azambuja, Carlos Cristino, Albino Mendes, além do deputado estadual Ivo Cersósimo.

O jornal *Panorama* do dia 31 de julho de 1984 divulgou que nessa reunião ficou decidido que os moradores iriam entrar com mandados de segurança coletivos, distribuídos em grupos de trinta a quarenta pessoas. Dessa forma se reduziriam os custos dos processos. Os advogados presentes se comprometeram a auxiliar a comunidade.

Muitos moradores ganharam essa causa na Justiça em primeira instância. No entanto a Prefeitura recorreu ao Tribunal Estadual, sob o argumento de que os lançamentos estavam tecnicamente legais. Os Desembargadores do Estado de Mato Grosso do Sul acabaram dando ganho de causa definitivo ao Executivo Municipal.

Entretanto, se a Prefeitura tinha o direito de atualizar suas receitas, utilizando-se de cálculos meramente técnicos, pode-se dizer também que a comunidade estava correta ao afirmar que os seus salários também estavam tecnicamente defasados, devendo então ser corrigidos na mesma proporção.

FONTES PRIMÁRIAS

Todos os documentos citados neste trabalho encontram-se nos arquivos do antigo PCB, atualmente Partido Popular Socialista, em Dourados.

PESSOAS ENTREVISTADAS

(Todos os depoimentos foram colhidos no ano de 1999)

Clóvis de Oliveira

Ênio Ribeiro

José Ribeiro

Luiz Carlos Ribeiro

Luiz Pereira dos Santos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UMA ALTERNATIVA democrática para a crise brasileira. São Paulo: Ed. Novos Rumos, 1984.

BETTO, Frei. *OSP* : introdução à política brasileira. São Paulo: Ática, 1986.

SILVA, Ivo Campos da. *O PCB em Dourados (1978-1985)*. 2000. Monografia (Especialização em História do Brasil) – UFMS/Dourados.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1982.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. *A República Velha : instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1976.

CARONE, Edgard. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo (1923). *Memória & História*, São Paulo : Ed. Ciências Humanas, n.1, 1981.

PARA entender a política do PPS. Brasília: PPS, 1999.

PCB : vinte anos de política – documentos, 1958-1979. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: *HISTÓRIA geral da civilização Brasileira*. Dirigida por Bóris Fausto. São Paulo: Difel, 1983.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80: Brasil – quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1992. (Série Princípios).

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

STEPAN, Alfred. *Os militares da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZAIDAN FILHO, Michel. *PCB - 1922 – 1929: na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Ed. Global, 1985.